



A **SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.323.001/0001-19, com sede na Rua dos Rádioamadores, 159-357, Pituaçu, Salvador Bahia, CEP: 41740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE DESPORTOS AQUÁTICOS - FBDA**, CNPJ nº 13.576.137/0001-30, estabelecida na Avenida Mário Leal Ferreira, Engenho Velho de Brotas, CEP 40285-600, Salvador, Bahia, (Piscina Olímpica da Bahia), com Estatuto arquivado no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Comarca de Salvador-BA, Registro/Averbção sob nº 45754-11, por meio da **Inexigibilidade de Chamamento Público nº 78/2026, Processo Administrativo nº 069.1486.2026.0003053-00**, neste ato representado por seu Presidente, **MARCO ANTÔNIO DE CAMPOS LEMOS FILHO**, portador do Documento de Identidade nº 0816236151, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 797.554.885-53, residente e domiciliado na Alameda das Chuvas de Ouro, nº 251-A, Caminho das Árvores, CEP 41820-430, Salvador, Bahia, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, formalizam o presente **TERMO DE FOMENTO**, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para fazer frente às despesas com **material promocional, serviço de comunicação, material de comunicação, serviço de divulgação, estrutura, serviços de saúde, premiação e recursos humanos**, do Projeto **"CIRCUITO BAIANO DE ESPORTES AQUÁTICOS (CBEA) 2026"**, a ser realizado no período de **23/07/2026 a 19/12/2026**, na Piscina Olímpica da Bahia e Praia de Inema, ambas localizadas no Município de Salvador, bem como, no Município de Santo Estêvão, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **240 (duzentos e quarenta) dias** contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a **SUDESB** repassará à **OSC**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 706.314,00 (setecentos e seis mil trezentos e quatorze reais)**, **EM TRÊS PARCELAS**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21301 - SUDESB

Unidade Gestora: 0001 - SUDESB Executora

Função: 27 - Desporto e Lazer

SubFunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região: 9900 - Estado

Elemento: 335041000 - Contribuições - Entidades

Destinação: 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor da Despesa: R\$ 706.314,00 (setecentos e seis mil trezentos e quatorze reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva na Caixa Econômica Federal, agência nº 1018, conta corrente nº.000567636985-6, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III - quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV - quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC

Cabem à OSC as seguintes obrigações:

I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III. manter escrituração contábil regular;

IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVII. Entregar, 10 (dez) dias antes de sua realização, a Autorização de Uso do espaço onde serão desenvolvidas as atividades do Projeto, para as seguintes Etapas: ETAPA III (09/10/2026 a 11/10/2026 - Finais do Campeonato Brasileiro - Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador - BA e ETAPA V (12/12/2026 e 13/12/2026 - Finais da Copa do Brasil - Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador - BA);

XVIII. Caberá às Organizações apresentar os arquivos à Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) nos moldes indicados neste documento, para garantir que a documentação apresentada, especialmente no momento da prestação de contas, não ultrapasse os limites estabelecidos, evitando, assim, a impossibilidade de inserção dos anexos no sistema SEI/SUDESB.

I. Os documentos para tramitação, como ofícios, comunicações, composições, planilhas, bem como outros atos que resultarão na abertura de processos eletrônicos enviados à SUDESB, devem ser do tipo Portable Document Format (PDF) e estar íntegros e legíveis em sua totalidade;

II. Os limites dos arquivos para um único processo são:
- Média máxima de 200 KB por página;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
- VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA - ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a SUDESB indica o servidor FERNANDO FERREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR, matrícula 696248, telefone 3198-0553, para avaliação do Projeto.

O Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva, UILSON JOSÉ SILVA DE SOUZA, matrícula 92142459, telefone (71) 3198-0554, conforme Portaria nº 009 DE 13 DE MARÇO DE 2025, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 14 de março de 2025.

O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, IVANILDES MACHADO VILAS BOAS SOUZA, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Informamos, ainda, a existência de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, designada conforme Portaria nº 142/2021, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 20 de novembro de 2021, modificada pela Portaria nº 54/2022, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de junho de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;

II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA- RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

- I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:
 - a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
 - b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.
- II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:
 - a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
 - b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.
- III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I - OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

II - SUDESB:

apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu

recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades, declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador – BA, de de 2026

Vicente José de Lima Neto
Diretor-Geral da SUDESB

Marco Antônio de Campos Lemos Filho
Presidente da OSC

Testemunhas:

1) _____

(nome e CPF legível)

2) _____

(nome e CPF legível)

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

Dados da OSC

Nome da OSC: Federação Baiana de Desportos Aquáticos – FBDA

CNPJ: 13.576.137/0001-30

Data de Criação: 03/11/2005

Endereço: Nova Piscina Olímpica da Bahia, Av. Mário Leal Ferreira - Engenho Velho de Brotas Salvador - BA, CEP 40285-600.

Telefone: (71) 3266-6010

Endereço eletrônico (e-mail): presidente@fbda.com.br

Dados do Representante Legal

Nome: Marco Antônio de Campos Lemos Filho

Endereço: Alameda das Chuvas de Ouro, 251, Caminho das Árvores

Salvador - Bahia CEP: 41.820-430, Salvador, Bahia.

Endereço eletrônico (e-mail): presidente@fbda.com.br

RG/Órgão expedidor/UF: CNH 02406552144, DNIT

CPF: 797.554.885-53

B. OBJETO DA PARCERIA

Realização do CIRCUITO BAIANO DE ESPORTES AQUÁTICOS (CBEA) 2026, vinculado ao Plano Plurianual de 2024/2027, através do:

Programa: 414 – Esporte Por Toda Parte

Compromisso: 0001 – Fomentar o esporte de alto desempenho, considerando as vocações territoriais.

Indicador: 01 – Número de projetos de esporte: 06 Etapas

02- . Número de Municípios Beneficiados - 02 (Santo Estevão e Salvador - BA)

C. OBJETIVO DA PARCERIA

O objetivo geral do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos (CBEA) – 6ª edição é fomentar a prática esportiva e fortalecer o desenvolvimento das modalidades aquáticas na Bahia por meio da realização de seis etapas oficiais ao longo de 2026. O circuito integrará atletas, clubes e a comunidade esportiva em competições de alto nível, assegurando organização técnica qualificada, infraestrutura adequada, segurança aquática, visibilidade institucional e promoção contínua das modalidades.

As etapas previstas para esta edição são:

ETAPA I - 23 a 25/07/2026 – Troféu Milton Medeiros – Piscina Olímpica da Bahia – Salvador - BA ; **ETAPA II** - 06/09/2026 – Águas Abertas de Santo Estêvão, no rio Paraguaçu (no final da rodovia estadual BA-491);

ETAPA III 09 a 11/10/2026 – Finais do Campeonato Brasileiro –Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador – BA;

ETAPA IV-16 a 18/10/2026 – Circuito Open de Polo Aquático, Piscina Olímpica da Bahia – Salvador - BA ;

ETAPA V 12 e 13/12/2026 – Finais da Copa do Brasil – Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador – BA;

A realização dessas etapas visa ampliar o acesso ao esporte, incentivar a formação de novos talentos, fortalecer o calendário estadual e consolidar a Bahia como referência nacional na organização de eventos aquáticos.

A parceria tem como finalidade viabilizar a execução completa do circuito, garantindo:

organização técnica padronizada;
infraestrutura adequada às modalidades;
arbitragem qualificada e credenciada;
segurança aquática e atendimento médico;
comunicação integrada, divulgação e identidade visual;
premiação oficial em todas as etapas;
suporte operacional e logístico para a execução das competições.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

A Bahia reúne condições naturais e estruturais que a qualificam como um dos principais centros nacionais para o desenvolvimento das modalidades aquáticas. O clima favorável, a extensa faixa litorânea e a Baía de Todos os Santos — reconhecida como ambiente privilegiado para a prática esportiva — constituem elementos que favorecem a realização de competições de natação, águas abertas e polo aquático em alto nível técnico.

Nesse cenário, o Circuito Baiano de Esportes Aquáticos (CBEA) , consolidou-se como instrumento estratégico para o fortalecimento do calendário esportivo estadual, contribuindo para a formação de atletas, o aprimoramento técnico das equipes e a ampliação do acesso às modalidades aquáticas.

A edição de 2026 representa a continuidade desse processo, configurando-se como a mais abrangente já realizada, com seis etapas oficiais distribuídas entre piscina, mar aberto e quadra aquática.

Estima-se a participação de aproximadamente 950 atletas, abrangendo categorias Mirim de base, alto rendimento e master, com a faixa etária entre 9 anos e 85 anos, além de árbitros, treinadores e equipes técnicas, com expectativa de público de 2.000 pessoas durante as 6 etapas . O circuito atende tanto atletas federados quanto não federados, fortalecendo rankings estaduais e contribuindo para a preparação de competidores para eventos nacionais e internacionais.

Além do impacto esportivo, o CBEA 2026 possui relevância social e econômica, movimentando o turismo esportivo e setores como hotelaria, alimentação, transporte e comércio local. O projeto também se alinha às políticas públicas de promoção do esporte como ferramenta de inclusão social, formação cidadã e melhoria da qualidade de vida.

As metas específicas do projeto incluem:

- Premiar os três primeiros colocados de cada prova e categoria na natação, os cinco primeiros colocados da classificação geral nas provas de águas abertas, além dos três primeiros de cada categoria, bem como premiar as equipes finalistas e os destaques individuais nas competições de polo aquático.
- Melhorar o desempenho técnico dos atletas e ampliar a participação, reunindo aproximadamente 950 competidores nas modalidades contempladas.

O nexo entre a realidade apresentada e o projeto proposto fundamenta-se na necessidade de consolidar e ampliar o calendário oficial das modalidades aquáticas, garantir infraestrutura e serviços adequados para eventos de grande porte, promover o desenvolvimento técnico e social dos atletas e posicionar a Bahia como referência nacional na organização de competições aquáticas.

Dessa forma, o Circuito Baiano de Esportes Aquáticos (CBEA) 2026 configura-se como ação estratégica para o desenvolvimento esportivo, social e econômico do estado, justificando plenamente a celebração da parceria.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

E.1 AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Contratação do RH dos Eventos	
Descrição: Contratação de profissionais responsáveis pela coordenação do evento.	
Justificativa: Garantir que os eventos sejam coordenados por profissional capacitado, assegurando sua qualidade e organização.	
Critério de Aceitação: Contratação efetuada com a presença confirmada dos profissionais nos eventos.	
Esta ação será executada conforme especificidades técnicas/quantitativas descritas no item 2.1 , conforme planilha de previsão de receitas e despesas..	
Ação 2. Ações de Comunicação (Divulgação / Identidade)	
Descrição: Contratação de serviços e materiais de comunicação e promocional para divulgação e identidade visual do evento, incluindo transmissão online e produção de material para redes sociais.	
Critério de Aceitação: Contratação e materiais de divulgação e promocional prontos antes do início dos eventos.	
Esta ação será executada conforme especificidades técnicas/quantitativas descritas nos item 2.2.1. Material Promocional e item 2.2.2. Comunicação, conforme planilha de previsão de receitas e despesas e em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB.	
Ação 3. Operacionalização	
.	
Descrição: A operacionalização do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos será garantida por meio da montagem de estrutura adequada, contratação de outros serviços e materiais essenciais para a realização das provas, além da disponibilização de serviços de saúde e segurança para assegurar o bem-estar dos atletas e participantes.	
.	
Critério de Aceitação: Contratação de todos os serviços e aquisição de materiais, com a montagem completa da estrutura e disponibilização dos serviços de saúde antes do início dos eventos.	
Esta ação será executada conforme especificidades técnicas/quantitativas descritas nos itens 2.2.3 Estrutura e 2.2.4 Ambulância, conforme a planilha de previsão de receitas e despesas.	
Ação 4. 2.2.3 Premiação	
Descrição: Aquisição de medalhas e troféus de premiação para os participantes dos eventos.	
.	
Critério de Aceitação Confeccionar Medalhas e Troféus, em conformidade com o quantitativo apresentando neste projeto, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.5 Premiação, de acordo com a previsão de receitas e despesas	

E.2 INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PLANEJAMENTO DO(A)		INDICADOR	UNIDADE	MEIO DE VERIFICAÇÃO	QUANTIDADE META (ANO I)	PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
OBJETIVO DA PARCERIA	Viabilizar a realização do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos 2026, por meio do apoio financeiro e institucional necessário à execução das seis etapas oficiais do calendário aquático da Bahia.	Indicador 1: Nº de atletas participantes	Atletas	Lista de inscritos e súmulas dos Jogos	950	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% -Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº de eventos	Eventos	Registro fotográfico	6	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

META	Meta1: Fortalecer a visibilidade e a credibilidade do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos (CBEA) 2026, ampliando o alcance das modalidades e consolidando a Bahia como referência nacional..	Indicador 3: Participação e engajamento dos atletas	Atletas	Relatório Técnico Registro fotográfico	6	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% -Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
	META 2: Premiar os atletas e equipes vencedoras com medalhas e troféus personalizados, contemplando todos os eventos.	Indicador 4: atletas e Equipes premiadas	Premiação	Resultado oficial e Registro fotográfico	6	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

A execução do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos (CBEA) 2026 será conduzida de forma integrada, envolvendo planejamento técnico, comunicação institucional, operacionalização das arenas esportivas e realização das cerimônias de premiação. Todas as etapas serão coordenadas por profissional responsável, assegurando a padronização dos procedimentos, o cumprimento dos cronogramas e a qualidade técnica das competições.

As ações de comunicação contemplarão estratégias de divulgação, produção de materiais visuais e digitais, cobertura fotográfica e audiovisual, além da transmissão online das etapas, garantindo ampla visibilidade ao circuito e às marcas institucionais envolvidas. O conteúdo será editado e disponibilizado nas plataformas oficiais após cada evento, fortalecendo o alcance e o engajamento do público.

A operacionalização abrangerá todas as seis etapas do CBEA 2026 — Troféu Milton Medeiros, Águas Abertas de Santo Estêvão, Finais do Campeonato Brasileiro em Inema, Circuito Open de Polo Aquático, Finais da Copa do Brasil e Troféu Walter Figueredo — incluindo montagem de estruturas, locação de equipamentos de sonorização e iluminação, instalação de toldos e gradis, disponibilização de embarcações de apoio, sistemas de cronometragem eletrônica e manual, serviços de limpeza, carregadores, hidratação dos atletas, arbitragem qualificada e equipe técnica especializada.

A cerimônia de premiação contemplará:

Natação: premiação dos três primeiros colocados de cada prova e categoria;

Águas Abertas: premiação dos cinco primeiros colocados da classificação geral (masculino e feminino) e dos três primeiros de cada categoria;

Polo Aquático: premiação das equipes finalistas e dos destaques individuais.

A divulgação das marcas do Governo do Estado da Bahia e da SUDESB será realizada em todos os materiais e serviços contratados, incluindo banners, outdoors, uniformes, vídeos promocionais, transmissões e peças digitais, em conformidade com o Manual de Marcas vigente. A prestação de contas será apresentada à SUDESB em até 90 dias após o término da vigência, assegurando transparência, rastreabilidade dos gastos e credibilidade institucional. Essa forma de execução garantirá a excelência na realização do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos 2026, fortalecendo o calendário esportivo estadual e promovendo ampla visibilidade às marcas do Governo do Estado da Bahia e da SUDESB.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Julho

23 a 25/07/2026 – Troféu Milton Medeiros – Piscina Olímpica da Bahia – Salvador - BA

Setembro

06/09/2026 – Águas Abertas de Santo Estêvão

Outubro

09 a 11/10/2026 – Finais do Campeonato Brasileiro –Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador - BA

16 a 18/10/2026 – Circuito Open de Polo Aquático, Piscina Olímpica da Bahia – Salvador - BA

Dezembro

12 e 13/12/2026 – Finais da Copa do Brasil – Praia de Inema, São Tomé de Paripe, Salvador - BA 18 e 19/12/2026 – Troféu Walter Figueredo –, Piscina Olímpica da Bahia – Salvador - BA

Atividades previstas para todas as etapas

A execução das etapas compreenderá, de forma padronizada, a locação de estruturas, a comunicação institucional (divulgação e identidade visual), a disponibilização de serviços de saúde e segurança aquática, bem como a realização das cerimônias oficiais de premiação, assegurando a conformidade técnica, a segurança dos participantes e a visibilidade das marcas institucionais.

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente

Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Meta:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados as ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

Ação Cumprida - Não glosa

Ação Cumprida Parcialmente - Glosa o valor equivalente ao item da meta não cumprida.

Ação Descumprida - Glosa 100% do Item custeado

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: 23/07/2026 a 19/12/2026

Vigência: 240 (duzentos e quarenta) dias

Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da vigência.

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS										
1.	Receitas			Valor unitário	junho	julho	agosto		dezemb	
1.1	Recursos Recebidos				235.438,00	235.438,00	235.438,00	0,00		
1.2	Rendimentos Financeiros				0,00	0,00	0,00	0,00	0	
Total Geral de Receitas					235.438,00	235.438,00	235.438,00	0,00	0,	
2.	Despesas				junho	setembro	outubro		De	
2.1	Despesas com Recursos Humanos									
2.1.1	Remuneração da equipe									
2.1.1.1	Salários				4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,0	
2.1.1.2	Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde,vale transporte, etc.)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal (Remuneração da equipe)					4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,0	
2.1.2	Encargos Sociais									
2.1.2.1	INSS				800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	
2.1.2.2	FGTS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.4	Recisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.6	Férias + 1/3 sobre Férias				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.7	13 Salário				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.8	IRRF				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.9	ISSQN				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.10	Outros encargos/tributos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal (Encargos Sociais)					800,00	800,00	800,00	800,00	800,0	
					4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,0	
Subtotal (Recursos Humanos)										
QUANTIDADE DIARIAS					VALOR UNIT.	Milton Medeiros - 23 a 25 de julho de 2026	Águs Abertas Santo Estevão 06 de setembro de 2026	Finais Inema - Campeonato Brasileiro 09,10,11 de outubro de 2026	Circuito Open de Polo Aquático 16 a 18 de outubro de 2026	Troféu Waldir Junqueira 18 e 20 de dezembro de 2026
2.2	Custos Diretos Detalhamento dos Itens									
2.2.1	MATERIAL PROMOCIONAL									
2.2.1.1	Camisa esportiva personalizada confeccionada em malha fina de poliéster, leve, respirável e de rápida secagem, ideal para práticas esportivas em geral. Possui modelagem confortável, costura reforçada para maior durabilidade e personalização na parte frontal com o logotipo do patrocinador, aplicado em serigrafia ou impressão digital de alta qualidade.	5000	0	39,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0	

2.2.2	COMUNICAÇÃO (divulgação/identidade)								
2.2.2.1	Serviço de agência de comunicação e publicidade: confecção de material publicitário, montagem de cards, gestão das inscrições, montagem de newsletter, gestão das marcas dos patrocinadores, gestão de redes sociais.	6	0	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000
2.2.2.2	Serviço de transmissão via streaming para canal do youtube, contendo 3 câmeras, mesa de corte, laptop, máscara para o placar, cinegrafistas, auxiliares e técnicos necessários para execução do serviço, cobrindo a competição. Incluso alimentação, transporte e hospedagem.	1	2	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000
2.2.2.3	Serviço de cobertura fotográfica e edição de imagem (fotógrafo principal e editor de imagem), com equipamento profissional.	1	6	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000
2.2.2.4	Sonorização com operador e kit com 4 caixas ativas de 100W, mesa de som, 2 microfones com fio e 1 sem fio.	1	11	3.800,00	11.400,00	3.800,00	11.400,00	0,00	7.600
2.2.2.5	Banner em lona fosca 4 x 0 cor, com ilhós, dimensões 4 m x 1 m (lona entrada)	6	0	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900
2.2.2.6	Banner em lona fosca 4 x 0 cor, com ilhós, dimensões 4 m x 3 m (fundo de fotos)	6	0	1.900,00	1.900,00	1.900,00	1.900,00	1.900,00	1.900,00
2.2.2.7	Confecção de Outdoor 3 X 9 M, Impressão Digital	8	0	900,00	3.600,00	0,00	1.800,00	-	1.800
2.2.2.8	Veiculação de Outdoor 3 X 9 M, Papel Couchet 90g	8	0	5.800,00	23.200,00	0,00	11.600,00	-	11.600
2.2.3	ESTRUTURA								
2.2.3.1	Locação de estrutura Box Truss Q25, - 4.30 (altura) x 3 m fabricada em aço estrutural de alta resistência, com acabamento em aço	1	13	1.700,00	5.100,00	1.700,00	5.100,00	3.400,00	3.400
2.2.3.2	Locação de toldo de 5 x 5 m. Estrutura em aço galvanizado chapa 14. Altura de pé direito de 2,50m e 3 m. cobertura em lona PVC TD1000 vulcanizada branca com calha opcional. (calha opcional)	14	3	1.100,00	46.200,00	0,00	0,00	0,00	0
2.2.3.3	Arquibancada Moveel 25 x 5,50 m capacidade 350 pessoas	1	3	10.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0

2.2.3.4	Toldo em estrutura tubular, com quatro quedas d'água, tamanho 6x6mt	8	10	297,50	8.400,00	1.400,00	8.400,00	2.800,00	0
2.2.3.5	Locação de toldo em estrutura tubular, com quatro quedas d'água, tamanho 4x4mts	3	10	960,00	4.800,00	1.600,00	9.600,00	0,00	6.400
2.2.3.6	Serviço de locação de Paineis de Leds: Especificações Medindo 4x3 Com Resolução P6, de Alta Resolução, 8 Placas Com Processador de Vídeo	1	5	7.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	15.000
2.2.4	SERVIÇOS DE SAÚDE								
2.2.4.1	Serviço de socorro médico especializado em eventos de alto impacto, com ambulância pronta para remoção, equipada com desfibrilador, com equipe técnica formada por médico, enfermeiro e socorrista.	1	10	4.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	8.000
2.2.5	CERIMONIA DE PREMIAÇÃO								
2.2.5.1	Confecção de troféus 15cmx15cm 3d em metal fundido e ou madeira e resina na cor dourado e personalizados com o tema do evento e logotipo de patrocinador para premiação	758	0	83,00	0,00	18.592,00	33.200,00	9.296,00	1.826
2.2.5.2	Medalhas de Participação em Ferro de 6,0 cm de Diâmetro, com Fita de cetim de 85cm de comprimento por 2cm de largura, etiqueta em vinil com impressão digital.	1800	0	15,00	0,00	9.000,00	18.000,00	0,00	0
Subtotal (Custos Diretos)					377.000,00	45.892,00	120.900,00	25.296,00	70.426,
2.3	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes								
2.3.1	(Especificar)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.3.2	(Especificar)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.3.3	(Especificar)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
2.4	Custos Indiretos								
2.4.1	Internet			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.2	Transporte			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.3	Aluguel			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.4	Telefone			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.5	Água			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.6	Luz			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.7	Serviços contábeis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.8	Assessoria jurídica			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
2.4.9	Outros (especificar)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Subtotal (Custos Indiretos)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
Total Geral de Despesas					381.800,00	50.692,00	125.700,00	30.096,00	75.226,

L. EQUIPE DE TRABALHO

EQUIPE CONTRATADA													
Nº	Cargo	Qtd de Locatários (Q)	Risco de Vida (R)	Densidade (D)	RECURSOS DE PESSOAL - Valor Subscrito à Pessoa				RECURSOS DE PESSOAL - Valor Subscrito à Pessoa				Total (R+D+E)
					Remuneração Base (R)	Remuneração Adicional (A)	Remuneração Especial (E)	Remuneração Extraordinária (X)	Remuneração Base (R)	Remuneração Adicional (A)	Remuneração Especial (E)	Remuneração Extraordinária (X)	
1	Coordenador Geral	1	Produção de Serviço (PPS)	0	4.000,00	24.000,00	0,00	0,00	4.000,00	24.000,00	0,00	0,00	28.000,00
TOTAL		1	Duração projeto=1		4.000,00	24.000,00	0,00	0,00	4.000,00	24.000,00	0,00	0,00	28.000,00

Wilson José Silva De Souza

Vicente José De Lima Neto



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Chefe**, em 14/07/2026, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio de Campos Lemos Filho, Usuário Externo**, em 17/07/2026, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uilson José Silva de Souza, Coordenador**, em 17/07/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 17/07/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00144302028** e o código CRC **05C72F65**.

Referência: Processo nº 069.1486.2026.0003053-00

SEI nº 00144302028